
Panorama do autoarquivamento nos repositórios institucionais portugueses

Viviane Santos de Oliveira Veiga

ICICT. Fundação Oswaldo Cruz

viviane.veiga@icict.fiocruz.br

Luis Guilherme Gomes de Macena

ICICT. Fundação Oswaldo Cruz

guilhermelg2004@gmail.com

Cícera Henrique da Silva

ICICT. Fundação Oswaldo Cruz

cicera.henrique@icict.fiocruz.br

Maria Manuel Borges

Universidade de Coimbra

mmb@fl.uc.pt

Resumo

Este trabalho almejou obter um panorama do compartilhamento de artigos científicos através de repositórios institucionais (RIs) em Portugal e a percepção do gestor de RI quanto a esta forma de compartilhamento. Foi realizada pesquisa exploratória, utilizando como instrumento de coleta de dados questionário eletrônico semiestruturado que foi aplicado a gestores de RIs em Portugal. A seleção dos repositórios que entrariam na amostra foi realizada a partir das informações disponibilizadas no OpenDOAR e no RCAAP. Retiradas as duplicidades, foram encontrados 48 RIs com coleção de artigos em Portugal, sendo que 1 estava com acesso inativo. O questionário online foi enviado para os 47 correios eletrônicos ou “Fale Connosco” dos RIs. Foram retornados 27 questionários com respostas válidas. Constatou-se que apenas 19% dos repositórios institucionais portugueses não possuem o autoarquivamento habilitado no sistema. Nestes repositórios verificou-se que a maioria dos gestores (81%) não acreditam que o autoarquivamento funcionaria com seus autores. Entre os RIs com autoarquivamento habilitado, alguns gestores

(27%) afirmam que 91% a 100% dos documentos disponibilizados são frutos do autoarquivamento. Porém, 41% dos repositórios afirmam que apenas 6 a 30% dos materiais no repositório foram autoarquivado e a maioria, 59%, declara que menos de 30% do material disponível no RI foi autoarquivado. Concluiu-se que os gestores dos repositórios portugueses, em sua grande maioria, viabilizam o autoarquivamento de seus autores, habilitando esta função no sistema. Porém, é imprescindível conhecer as especificidades das áreas, estudar as barreiras e os estímulos ao compartilhamento de artigos para ampliar a adesão ao autoarquivamento por parte dos pesquisadores em Portugal.

Palavras-chave: Acesso aberto ao conhecimento, Autoarquivamento, Repositório Institucional, Compartilhamento de informação em acesso aberto.

Introdução

Contexto do problema

O papel do periódico científico como veículo fundamental na comunicação do conhecimento científico

O Movimento de Acesso Aberto ao Conhecimento, desencadeado em 2002, propõe dois caminhos para se atingir o objetivo de acesso aos resultados da investigação: (i) o acesso aberto (AA) através do autoarquivamento em repositórios institucionais e/ou temáticos, também conhecido pela via verde ou (ii) a publicação em periódicos em AA também conhecido por via dourada.

Após 14 anos do AA pretende-se verificar os avanços da primeira estratégia desta declaração, o autoarquivamento, em Portugal. Migueis (2012) analisando os documentos depositados no Repositório Institucional (RI) da Universidade de Coimbra, verificou que apenas 6% dos documentos em livre acesso foram inseridos através do autoarquivamento. Ela afirma que existem indícios que um conjunto importante dos autores portugueses não deposite diretamente a sua produção no RI.

Apesar de saber que existem vários fatores que podem influenciar positivamente ou negativamente na decisão do pesquisador em compartilhar os seus artigos em repositórios, nesta pesquisa nos limitaremos a verificar a percepção do gestor dos repositórios sobre o tema e o índice de autoarquivamento alcançado nos RIs de Portugal.

O gestor do RI tem uma função importante na condução do Acesso Aberto pela via verde na instituição. Normalmente é ele quem conhece as possibilidades e objetivos do sistema e tem em suas mãos o poder de decidir sobre as configurações do RI. Na maioria das instituições o gestor do RI é ouvido pela direção da instituição sobre a condução do RI. É claro que em alguns casos o gestor pode ver suas propostas para condução do RI na instituição sendo ignoradas, mas de modo geral ele ocupa um lugar de influência nesta gestão. O entendimento e a visão do gestor do repositório institucional são importantes para que o movimento ganhe força e atraia a comunidade científica do país.

Antecedentes

O ato de comunicar é fundamental para a ciência, seja através de canais formais ou informais, ao permitir a disseminação tão ampla quanto possível do conhecimento científico. “A realização de pesquisas e a comunicação de seus resultados são atividades inseparáveis” (MEADOWS, 1999, p. 61). Desde os primórdios da comunicação científica existe a necessidade de se comunicar, debater, colocar à prova as descobertas científicas e construir coletivamente o conhecimento. Desde a publicação do primeiro periódico científico em 1665, o artigo científico vem se consagrando como o veículo mais prestigiado para comunicação científica, na maioria das áreas do conhecimento. O aumento no custo das assinaturas dos periódicos causou um retrocesso nesta expansão. Este fenômeno, conhecido por “crise dos periódicos”, impediu que as instituições pudessem manter suas assinaturas, criando uma barreira entre o pesquisador e o conhecimento certificado.

A Internet e a World Wide Web permitem que os autores ultrapassem as várias limitações do meio impresso e comecem a testar alternativas para facilitar essa disseminação e aumentar o impacto do conhecimento publicado.

Tais iniciativas congregaram-se em torno do que conhecemos como Acesso Aberto (AA). O AA, segundo Harnad (2012), é o acesso online aos resultados de pesquisa publicados em periódicos com avaliação por pares. Harnad afirma que existem outros autores que defendem que o AA é mais do que isto, mas que todos querem ao menos essa tipologia documental em AA. O AA foi desencadeado pela comunidade científica através da Declaração de Budapeste, em 2002, e as Declarações de Berlim e de Bethesda em 2003. Nestas declarações são propostas duas estratégias para o acesso aos artigos científicos, a primeira: o autoarquivamento em repositórios; a segunda, a publicação de artigos em periódicos de AA.

Repositório Institucional (RI) é um sistema para disseminação, armazenamento e preservação da produção científica e intelectual de uma instituição. O autoarquivamento é incentivado desde a Declaração de Budapeste para todos os pesquisadores, mas tem encontrado barreiras em vários países na sua execução. Portugal tem desempenhado um papel de destaque no cenário mundial como um grande incentivador na criação de repositórios e de políticas mandatórias.

Via verde em Portugal

O Movimento de Acesso Aberto em Portugal obteve grandes conquistas ao longo dos anos. Saraiva e Rodrigues (2010) relatam que as primeiras iniciativas ocorreram em 2002, mas a criação do RepositoriUM (Repositório Institucional da Universidade do Minho) em 2003 foi um dos fatores predominante para alavancar o crescimento do AA no território português (RODRIGUES, SARAIVA, 2013). Uma outra iniciativa importante foi a elaboração da Declaração de Acesso Aberto do Conselho de Reitores Portugueses (CRUP), em 2006. Para consolidar e

ampliar a visibilidade do AA, no ano de 2008 foi criado o “meta-repositório nacional e de um serviço de alojamento de novos repositórios” (SARAIVA, RODRIGUES, 2010, p. 3), então denominado de Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP). O RCAAP potencializou a visibilidade dos repositórios portugueses criando uma rede de colaboração onde possibilitou que em um único local pudesse acessar o conteúdo dos demais repositórios portugueses. A Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) criou a Política sobre Acesso Aberto a Publicações Científicas resultantes de Projetos de I&D financiados pela FCT. A partir dessa política ocorreu um controle sobre as publicações científicas financiadas com recursos públicos. Uma das obrigações dos autores com financiamento (integral ou parcial) era o depósito em repositórios dos resultados de pesquisa em versão final em pelo menos um dos repositórios integrante do RCAAP (FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 2014).

Procedimentos metodológicos

Para obter um panorama do autoarquivamento em Portugal e conhecer a visão dos gestores dos repositórios foi realizada pesquisa exploratória, utilizando como instrumento de coleta de dados questionário eletrônico semiestruturado que foi aplicado a gestores de repositórios institucionais em Portugal. A seleção dos repositórios que entrariam na amostra foi realizada a partir das informações disponibilizadas no OpenDOAR e no Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP). O corpus da pesquisa foi constituído mediante os seguintes critérios de seleção: área geográfica do repositório, Portugal; tipo do conteúdo, artigo; e característica do repositório, institucional. O levantamento dos dados foi realizado entre 30 de março e 28 de abril de 2016. Foram identificados 43 repositórios institucionais portugueses no OpenDOAR. Destes, 39 repositórios declaravam possuir a coleção de artigos. No RCAAP foram identificados 49 RIs portugueses, destes 48 com coleção de artigos. Verificamos neste levantamento que o RCAAP possui mais informações sobre os repositórios em Portugal do que o OpenDoar. Retiradas as duplicidades foram encontrados 48 RIs com coleção de artigos, sendo que 1 estava com acesso inativo.

O questionário online, criado utilizando o aplicativo Google Forms, foi enviado para os 47 correios eletrônicos ou “Fale Connosco” dos RIs, cadastrados no OpenDOAR, no RCAAP ou nas páginas do repositório em duas sessões, a primeira entre os dias 04 e 30 de abril de 2016 e a segunda entre os dias 1 a 18 de agosto de 2016. Foram retornados 27 questionários com respostas válidas.

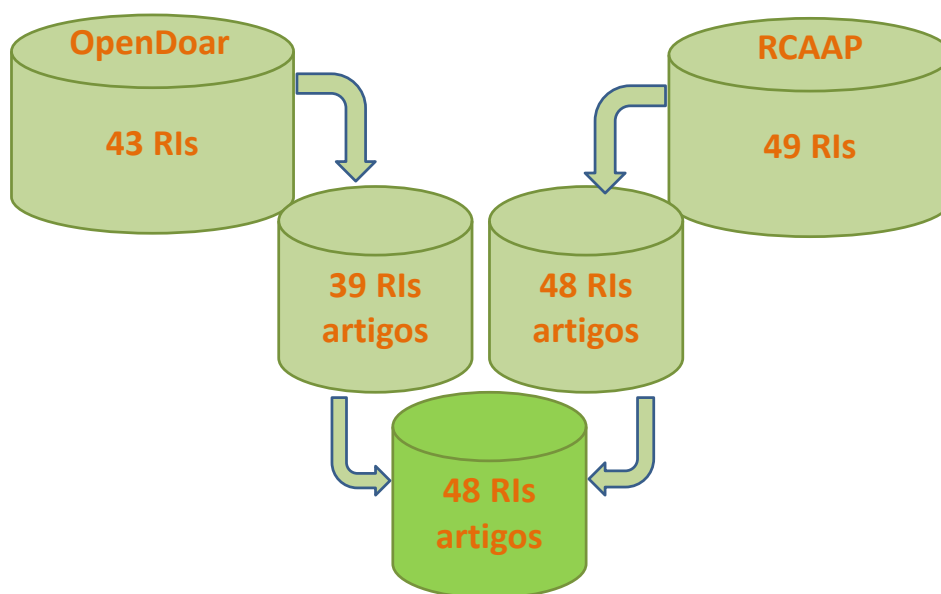
Resultados e discussões

De acordo com a BOAI os RIs foram criados objetivando o compartilhamento de artigos científicos, isto porque estes eram (e ainda são) considerados como o principal veículo para a comunicação do conhecimento científico na maioria das áreas do conhecimento. Vários autores (CROW, 2002; LYNCH, 2003; SWAN 2008; HARNAD, 2012) definem repositórios como veículo utilizado pelo pesquisador para compartilhar seus artigos

científicos em acesso aberto. Com o passar dos anos os repositórios foram agregando outras tipologias documentais importantes e complementares, como os dados de pesquisa, os recursos educacionais, trabalhos apresentados em congressos, relatórios de pesquisa, teses e dissertações, entre outros. Apesar do momento de transição que vivemos, e da importância que novas tipologias vem adquirindo no processo de comunicação científica, o artigo científico ainda tem papel de destaque e, portanto ainda deve ser usado como o principal indicador para o avanço da via verde, cumprindo os objetivos do Movimento de AA.

Alguns países como o Brasil (VEIGA, MACENA, 2015) têm avançado na criação de repositórios sem a coleção de artigos. São Repositórios de teses e dissertações, ou de outras coleções importantes no processo de produção de conhecimento, mas não o coração dela.

Em Portugal percebe-se um entendimento quanto a importância do acesso aos artigos científicos na via verde e o papel dos RIs neste contexto. Verifica-se isto no levantamento realizado no OpenDOAR onde 39 repositórios, entre um total de 43 RIs, declaram possuir a coleção de artigos. O mesmo se percebe no levantamento no RCAAP, onde foram identificados 49 RIs portugueses, destes 48 com coleção de artigos.



Quadro 1 – Levantamentos no OpenDoar e RCAAP

Um outro princípio na criação dos repositórios, inspirado pela proposta subversiva de Stevan Harnard, e nos primeiros repositórios Citeseer e Arxiv, é que o próprio autor possa compartilhar em acesso aberto seus artigos, sem intermediários, o que na BOAI é chamado de *Selfarchiving* (autoarquivamento). Apesar dos softwares mais utilizados para construção de RIs (Dspace e EPrints) possuírem como *default* o autorquívamento, algumas instituições vêm desabilitando esta função no sistema para que o depósito seja feito por outros funcionários da instituição, normalmente bibliotecários. Em Portugal verificou-se que isto ocorre apenas em 19% dos repositórios institucionais, conforme se pode observar no gráfico

1, que indica que a maioria dos repositórios de Portugal está em consonância com os princípios da BOAI.

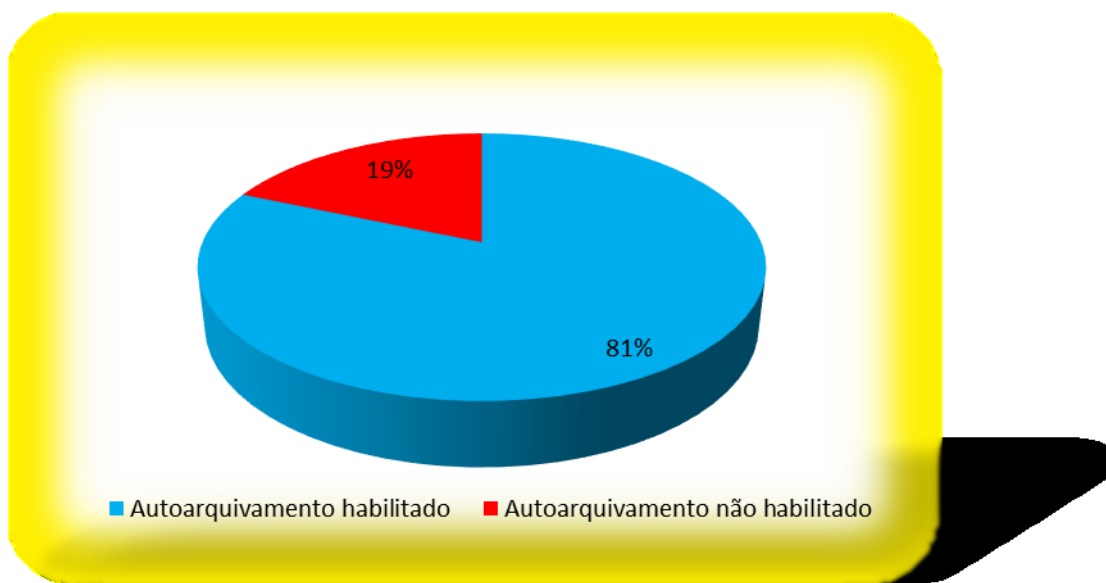


Gráfico 1 – Autoarquivamento habilitado nos Ris de Portugal (N=27)

Para os repositórios em que esta função está desabilitada perguntou-se o principal motivo para não habilitar o autoarquivamento no sistema (gráfico 2). A maioria dos gestores (60%) respondeu que os pesquisadores não o fariam. Estes gestores não acreditam que o autoarquivamento funcionaria com seus autores. Outros gestores creditam a não habilitação do autoarquivamento a questões de direitos de autor (20%), à uniformização dos conteúdos e à utilização pela instituição de outro sistema onde é dada a entrada da produção que envia os dados para o repositório (20%). Estes achados coincidem com os de Henning (2013) que verificou que os gestores de RIs em hospitais portugueses preferem fazer os depósitos por meio de seus bibliotecários do que deixar que os médicos autores o façam.

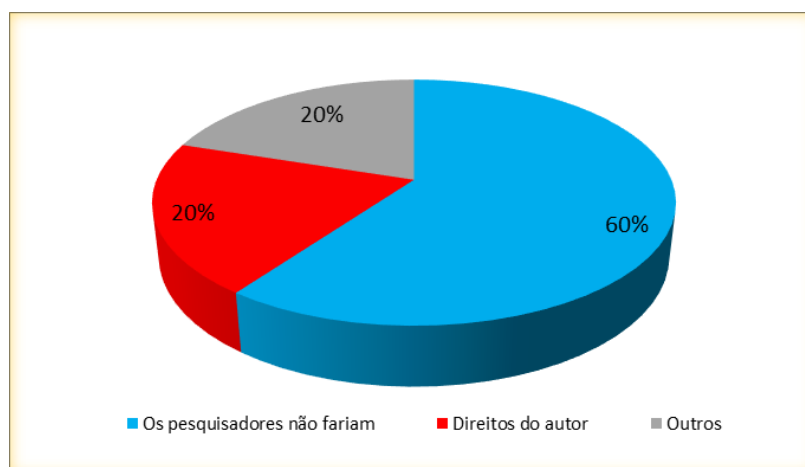


Gráfico 2 – Motivos para não habilitar o autoarquivamento nos RIs de Portugal (N=5)

Foi perguntado para os gestores que afirmaram que o autoarquivamento estava habilitado no RI em quais tipologias de documentos o autoarquivo está disponível (gráfico 3). Verificou-se que os artigos estão liberados para autoarquivamento em 100% dos repositórios que tem esta função habilitada no sistema. 95 % possibilitam o autoarquivamento para trabalhos apresentados em eventos e 59% para relatórios de pesquisa. Percebeu-se que em 50% dos repositórios que possibilitam o autoarquivamento, as dissertações e teses podem ser autoarquivadas e o mesmo percentual também disponibiliza a função para os dados de pesquisa. A tipologia de teses e dissertações tem tradição no mundo acadêmico e de pesquisa e muitas instituições de ensino recebem as teses nos repositórios através da biblioteca ou outro departamento da instituição, como a Secretaria acadêmica. Por outro lado, a tipologia de Dados de pesquisa não possui a mesma história de tratamento técnico nas bibliotecas, mas o seu acesso ganha cada vez mais importância no mundo científico. Enquanto muitos repositórios ao redor do mundo ainda se preparam para receber os dados de pesquisa nos repositórios, Portugal demonstra este pioneirismo quando possibilita o autoarquivamento de dados de pesquisa em grande número de seus repositórios. Acredita-se que as políticas governamentais estabelecidas auxiliam neste avanço, como as diretrizes da Comissão Europeia para o acesso aberto aos dados de pesquisa no Horizonte 2020 (COMISSÃO EUROPEIA, 2016).

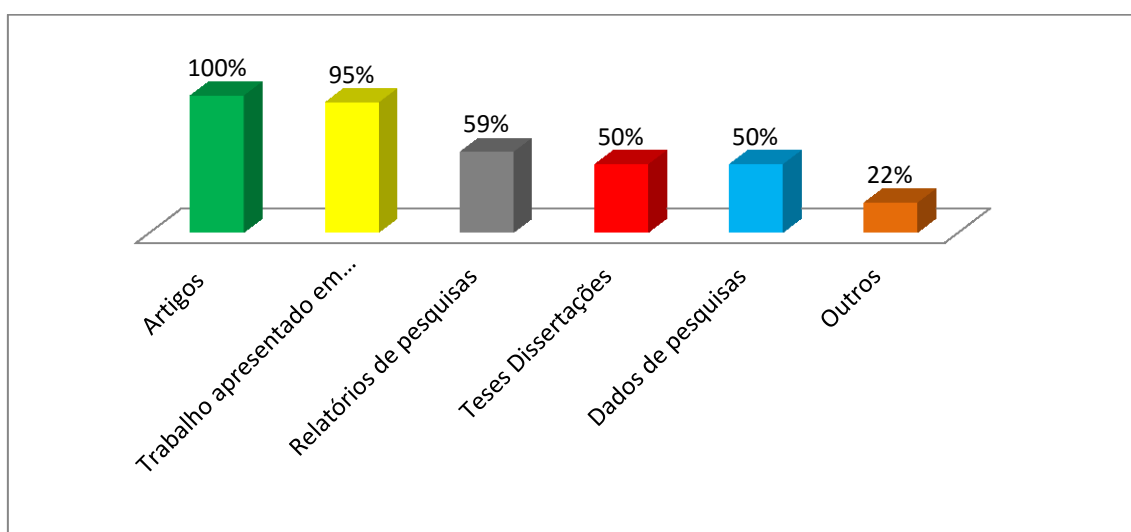


Gráfico 3 - Tipologias autorizadas para o autoarquivamento nos RIS de Portugal (N=22)

Entre os RIs com autoarquivamento habilitado 41 % dos gestores de repositórios afirmam que apenas 6 a 30% do material depositado foi autoarquivado. Isto demonstra que ainda há um caminho longo a percorrer, embora uma parcela ((27%) dos gestores de RIS com autoarquivamento habilitado, afirmar que 91% a 100% do material disponibilizado é fruto do autoarquivamento, conforme demonstrado no gráfico 4.

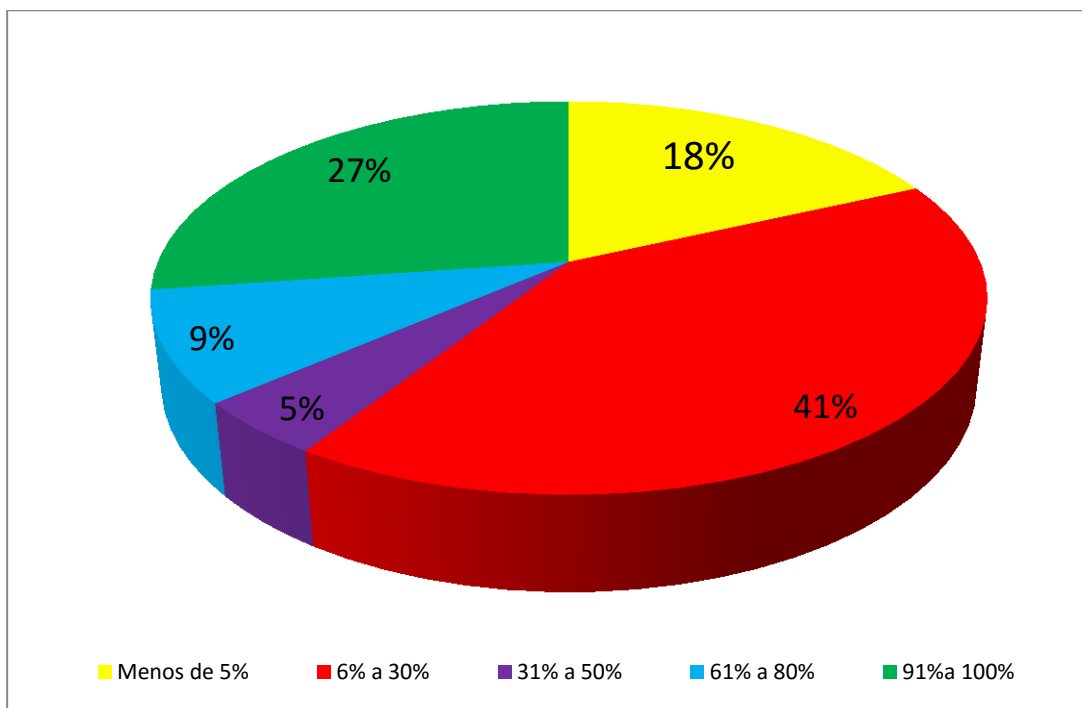


Gráfico 4 – Percentual de documentos autoarquivados nos Ris de Portugal (N=22)

Estes dados coincidem com os achados de Migueis (2012) que confrontou seus dados com a investigação de Borges (2006). Migueis afirma que há indícios que um conjunto importante dos autores portugueses não deposita diretamente a sua produção no RI, o que é confirmado através da presente pesquisa.

Se juntarmos os percentuais que declaram autoarquivamento a menos de 5% e de 6% a 30% verificaremos que a maioria, 59%, declara que menos de 30% do material disponível no RI foi autoarquivado. Neste gráfico podemos verificar também que 36% dos RIs portugueses conseguem que a maioria dos registros disponibilizados no RI seja autoarquivado (61% a 100%).

Considerações finais:

Este trabalho almejou obter um panorama do compartilhamento de artigos através de repositórios institucionais (RIs) em Portugal e a percepção do gestor de RIs quanto a esta forma de compartilhamento.

Concluiu-se que os gestores dos repositórios portugueses, em sua grande maioria, viabilizam o autoarquivamento de trabalhos por seus autores, habilitando esta função no sistema, o que demonstra um entendimento dos objetivos da criação de repositórios. Verificou-se também que os RIs Portugueses estão atentos para a importância do acesso aos dados de pesquisa na comunicação científica, preparando seus repositórios para o autoarquivamento desta tipologia. Quanto à adesão dos pesquisadores ainda é preciso

avançar. Ainda existe uma baixa adesão ao autoarquivamento pelos pesquisadores. É imprescindível envolver a comunidade científica no movimento de acesso aberto para uma ciência aberta, conhecer as especificidades das áreas, verificar as barreiras e os estímulos ao compartilhamento de artigos científicos e dados de pesquisa para, assim, ampliar a adesão ao autoarquivamento por parte dos pesquisadores em Portugal.

Referências bibliográficas

BORGES, M. M. (2006) – *A esfera: comunicação académica e nova media*. Coimbra Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. 787 p. Tese de doutoramento. Disponível na internet: <URL: https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/8557/5/MMBorges_tese.pdf>.

CROW, R. (2002). The case for institutional repositories: a SPARC position paper. *ARL* [Em linha] n° 223. [Consult. 04 set. 2016]. Disponível na internet: <URL: http://www.sparc.arl.org/sites/default/files/media_files/instrepo.pdf>.

COMISSÃO EUROPEIA. *EC's Guide on Open Access to Scientific Publications and Research Data in Horizon 2020* (updated August 25, 2016). [Consult. 10 out. 2016]. Disponível na internet: <URL: http://ec.europa.eu/research/participants/data/ref/h2020/grants_manual/hi/oa_pilot/h2020-hi-oa-pilot-guide_en.pdf>.

FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E TECNOLOGIA (2014) – *Política sobre Acesso Aberto a Publicações Científicas resultantes de Projetos de I&D Financiados pela FCT*. Disponível na internet: <URL: http://www.fct.pt/documentos/PoliticaAcessoAberto_Publicacoes.pdf>.

HARNAD, Stevan. *Why the UK should not heed the Finch report* [Em linha] . London: The London School of Economics and Political Science. Department of Government. [Consult. 18 ago 2016] Disponível na internet: <URL: <http://blogs.lse.ac.uk/impactofsocialsciences/2012/07/04/why-the-uk-should-not-heed-the-finch-report/>>.

HENNING, Patrícia Corrêa (2013) – *Micro e macropolíticas de informação: o acesso livre à informação científica no campo da saúde no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro: Curso de Informação e Comunicação em Saúde, Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde. (ICT/IOC/CRUZ) 234 p. Tese de doutoramento. Disponível na internet: <URL: http://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/6998/1/TESE_PATRICIA_HENNING.pdf>.

LYNCH, C. A. (2003) – Institutional repositories: essential infrastructure for scholarship in the digital age. *ARL* [Em linha], nº 226. [Consult. 04 set. 2016]. Disponível na internet: <URL: <http://www.arl.org/storage/documents/publications/arl-br-226.pdf>>.

MEADOWS, A. J. (1999) – *A comunicação científica*. Brasília: Brinquet de Lemos/Livros. 268 p.

MIGUÉIS, A. M. E. (2012) – *Atitudes e percepções dos autores depositantes do repositório científico da Universidade de Coimbra*, Coimbra: Universidade de Coimbra. 95 p. Dissertação. Disponível da Internet: <URL: <https://estudogeral.sib.uc.pt/jspui/handle/10316/21116>>.

RODRIGUES, Eloy; SARAIVA, Ricardo (2013) – RepositóriUM: 10 anos de Acesso Aberto ao Conhecimento. In: *Uma década de acesso aberto no UMinho e no mundo*. Braga : Publito. ISBN 978-989-98704-1-3. p. 25-47.

SARAIVA, Ricardo; RODRIGUES, Eloy (2010) – O Acesso Livre à literatura científica em Portugal: a situação actual e as perspectivas futuras. *Actas do Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas* [Em linha] nº 10. [Consult. 28 ago. 2016] . Disponível na internet: <URL: <http://bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/192>>.

SWAN, A. (2008) – The business of digital repositories. In: *A DRIVER'S guide to european repositories*. Amsterdam: Amsterdam University Press. p. 15-48. [Consult. 04 set. 2016]. Disponível na internet: <URL: <http://dare.uva.nl/cgi/arno/show.cgi?fid=93898>>.

VEIGA, Viviane; MACENA, Luis Guilherme (2015) – O autoarquivamento nos repositórios institucionais brasileiros: um estudo exploratório. *Ponto de acesso* [Em linha] v. 9, n. 3 [Consult. 15 ago. 2016]. Disponível na internet: <URL: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/15107/10302>>